

Sumário

Lista de abreviaturas	15
Apresentação	
Carlos Valder do Nascimento, José Augusto Delgado	17

PARTE I

Aspectos histórico e filosófico

Breve histórico da revitalização da coisa julgada no Brasil

Cláudio Sinoé Ardenghy dos Santos	21
1 Introdução	21
2 Uma rápida passagem sobre a definição de coisa julgada na doutrina brasileira	23
3 As primeiras preocupações sobre casos que não faziam coisa julgada	24
4 O nascimento do Direito moderno pelas mãos do Ministro José Augusto Delgado	31
5 A posição de Carlos Valder do Nascimento	34
6 A MP nº 2.180/01 e Emenda Constitucional nº 45/04	36
7 Da <i>querela nullitatis</i>	37
8 Conclusões	39
Referências	41

Natureza da coisa julgada: uma abordagem filosófica

Carlos Valder do Nascimento, Lourival Pereira Júnior	45
1 Preliminares	45
2 Sentença: substância, natureza e efeitos	48
2.1 Substância: bases filosóficas	48
2.2 Natureza substancial da sentença	50
2.3 Efeitos da sentença	53
3 Coisa julgada enquanto acidente/qualidade	55
4 Insustanciabilidade da coisa julgada	57
5 Exequibilidade de sentença sem coisa julgada	59
6 Conclusões	61
Referências	62

Notas fenomenológicas sobre a relativização dos limites subjetivos da coisa julgada em conexão com o litisconsórcio necessário

Willis Santiago Guerra Filho	65
1 A perspectiva fenomenológica	65
2 Eidética da coisa julgada	68
3 Tipologia do litisconsórcio	72
4 Conclusão: de como evitar a inconstitucionalidade da coisa julgada pela adoção de um entendimento fenomenológico da sua relação com o litisconsórcio necessário	77

PARTE II

Relativização e controle

Coisa julgada inconstitucional: considerações sobre a declaração de nulidade da lei e as mudanças introduzidas pela Lei nº 11.232/2005

Gilmar Ferreira Mendes	87
1 Considerações preliminares	87
2 A nulidade da lei: considerações iniciais	88
3 A nulidade <i>ipso jure</i> e <i>ex tunc</i> : significado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	91
4 Nulidade da lei e a repercussão de sua declaração sobre as situações concretas	99
5 A Lei nº 11.232/2005 e a inexistência de título judicial fundado em norma declarada inconstitucional	101

Reflexões contemporâneas sobre a flexibilização, revisão e relativização da coisa julgada quando a sentença fere postulados e princípios explícitos e implícitos da Constituição Federal. Manifestações doutrinárias

José Augusto Delgado	105
1 Introdução	105
2 As manifestações doutrinárias mais recentes sobre o tema	108
2.1 Carlos Valder do Nascimento	108
2.2 Ivo Dantas	111
2.3 Francisco Barros Dias	112
2.4 José Maria Tesheiner	113
2.5 Eduardo Talamini	113
2.6 Genaro R. Carrió e Alejandro D. Carrió	115
2.7 Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel García Medina	117
3 As conclusões apresentadas por outros doutrinadores que têm estudado a coisa julgada em sua visão contemporânea	120
4 Enunciados sobre a coisa julgada inconstitucional, arbitrária, decorrente de sentença nula e inexistente	129
5 Conclusões	142
Bibliografia	142
ANEXO	144

Reflexões sobre o princípio da intangibilidade da coisa julgada e sua relativização

Humberto Theodoro Júnior, Juliana Cordeiro de Faria	161
1 Ponderação inicial: a evolução do direito se faz senão a partir da dialética	161
1.1 Reflexos da teoria da coisa julgada inconstitucional sobre o direito positivo ..	164
2 O princípio da intangibilidade da coisa julgada não é absoluto, assim como não o é a segurança jurídica que o justifica	166
3 A relativização do princípio da intangibilidade é excepcional	170
4 Hipóteses de relativização do princípio da intangibilidade da coisa julgada ...	171
4.1 A ação rescisória: hipótese comumente aceita de relativização da coisa julgada	171
4.2 A coisa julgada inconstitucional: hipótese de relativização em face da prevalência do princípio da constitucionalidade	177
5 A intangibilidade da coisa julgada e o princípio da constitucionalidade: inexistência de real conflito	181

6	Alguns problemas decorrentes da tese da relativização da coisa julgada inconstitucional: sugestões para um modelo de controle de constitucionalidade	185
6.1	Nulidade ou inexistência?	186
6.2	Os casos de inconstitucionalidade da coisa julgada não se limitam àqueles indicados no art. 741, parágrafo único do CPC	187
7	Ponderação final	198

Flexibilização da coisa julgada

Donaldo Armelin	201
1 O sistema jurídico sua estrutura e os valores que o informam	201
2 Os princípios constitucionais no estado democrático de direito	202
3 O instituto da coisa julgada na Constituição e na legislação infraconstitucional	203
4 Instrumentos processuais permitindo a revisão das decisões cobertas pela coisa julgada no processo civil e penal	205
5 Hipóteses infensas à imutabilidade da coisa julgada material	210
6 Irrescindibilidade da sentença civil transitada em julgado e a colisão desta com princípios e valores fundamentais	215
7 Hipóteses em que tal conflito ocorre	218
8 Incompatibilidade dos valores do direito com o enriquecimento sem causa ou ilícito, com a garantia do produto de delitos ou com a injustiça da decisão ...	220
9 A questão da segurança jurídica e da necessidade da estabilização das decisões judiciais em face da necessidade de ser relativizada a imutabilidade panprocessual da coisa julgada material	224
10 As tendências da jurisprudência e da doutrina a respeito desse problema	226
11 O parágrafo único do art. 741 do CPC decorrente da MP 2.189-35-2001	232
12 Meios de relativização da coisa julgada material: a) a revalorização da impossibilidade jurídica no plano processual; b) a ampliação do âmbito da <i>querela nullitatis insanabilis</i> , c) a utilização dos instrumentos processuais atuais para esse fim	234
13 Conclusões	236

Coisa julgada inconstitucional: declaração judicial de inexistência

Ivo Dantas	239
1 Explicações preliminares	239
2 Princípio da coisa julgada. Coisa julgada formal e coisa julgada material. A relativização da coisa julgada frente aos princípios constitucionais da justiça, da moralidade e da legalidade	240
2.1 A posição de José Augusto Delgado	244
2.2 A posição de Cândido Rangel Dinamarco	247
3 Existe Coisa julgada inconstitucional? A posição de Humberto Theodoro Júnior e Juliana Cordeiro de Faria	250
4 Meios de ataque à coisa julgada inconstitucional	262
4.1 Ação rescisória	263
4.2 Mandado de segurança	268
4.3 Ação declaratória de nulidade absoluta da sentença	276
5 Necessidade de uniformização das decisões judiciais	280
6 <i>A medida provisória nº 2.180-35 (24.08.2001) e o art. 741 do CPC</i>	282
7 <i>Conclusões. Nossa posição</i>	283

Fichas de leituras	286
--------------------------	-----

PARTE III

Bens e os instrumentos processuais de controle

Bens sujeitos à proteção do Direito Constitucional Processual

Alexandre Freitas Câmara	289
1 Bens ou situações sujeitos a ponderação	289
2 Caráter de excepcionalidade da tutela	292
3 Caracterização das infrações à Constituição	294
4 Coisa julgada material legítima e impossibilidade de desconstituição	297
5 Necessidade de preservação da coisa julgada no sistema processual	297
6 Irreversibilidade da correta aplicação do direito	299
7 Normas constitucionais e sua vulneração pela sentença	300
8 Hipóteses de decisões incompatíveis com a ordem constitucional	302
9 Conclusão	304

Meios de impugnação das decisões transitadas em julgado

Teresa Arruda Alvim Wambier, José Miguel Garcia Medina	307
1 Considerações introdutórias	307
2 Fundamentos da coisa julgada	308
3 Ação rescisória	309
3.1 Natureza jurídica	309
3.2 Pronunciamentos judiciais rescindíveis	310
3.3 Hipóteses de cabimento	311
3.3.1 Prevaricação, concussão e corrupção do juiz	311
3.3.2 Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo	312
3.3.3 Dolo da parte vencedora ou colusão entre as partes	314
3.3.4 Ofensa à coisa julgada	314
3.3.5 Falsidade de prova	315
3.3.6 Documento novo	315
3.3.7 Invalidade de confissão, desistência ou transação em que se baseou a decisão rescindenda	317
3.3.8 Erro de fato	318
3.3.9 Violação a literal disposição de lei	318
3.3.9.1 Violação ocorrida no curso do processo e contaminação da sentença	318
3.3.9.2 Violação literal e Súmula 343 do STF	319
3.3.9.3 Violação a normas processuais	320
3.3.9.4 Violação a princípios jurídicos	324
3.4 Possibilidade de suspensão dos efeitos da sentença rescindenda	326
4 Ação declaratória de inexistência (<i>querela nullitatis insanabilis</i>)	327
5 Sentença contrária à Constituição Federal e cabimento de impugnação à execução (art. 475-L) ou embargos à execução de sentença (art. 741)	330
6 Fungibilidade entre os variados remédios processuais	333
Referências	335

Embargos à execução com eficácia rescisória: sentido e alcance do art. 741, parágrafo único do CPC

Teori Albino Zavascki	337
1 O tema	337
2 As diversas posições doutrinárias a respeito	337
3 Exegese do dispositivo: constitucionalidade e alcance	339

4	Especificidade das sentenças inconstitucionais sujeitas à rescisão por embargos	340
5	Pressuposto indispensável: a existência de precedente do STF	344
6	A questão do direito intertemporal: inaplicabilidade da norma às sentenças transitadas em julgado em data anterior à da sua vigência	347
7	Aplicação subsidiária às ações executivas <i>lato sensu</i>	348
8	Suma conclusiva	349

Eficácia da coisa julgada inconstitucional

Araken de Assis	351
Introdução	351
1 Eficácia de coisa julgada: natureza e relativização	351
2 “Vícios transrescisórios” e a coisa julgada	359
3 Inconstitucionalidade originária e superveniente da sentença	368
3.1 Origem da regra	368
3.2 Ineficácia do título	369
3.3 Superveniência da inconstitucionalidade	369
3.4 Constitucionalidade da regra	370
3.5 Vantagens e desvantagens da regra	371
3.6 Aplicação às execuções definitiva e provisória	372
3.7 Origem do juízo de inconstitucionalidade	372
3.8 Remédios admissíveis	374
3.9 Aplicação retroativa da regra	374
3.10 Efeitos do julgamento dos embargos	375
Conclusão	375
Referências	376

Mandado de segurança contra coisa julgada inconstitucional: admissibilidade e aspectos processuais

Márcia Rabelo Sandes	381
1 Introdução	381
2 Os Precedentes da súmula 268 do STF	382
3 Desmistificando a súmula 268 do STF	384
3.1 Inalterabilidade da coisa julgada <i>versus</i> coisa julgada inconstitucional	384
3.2 Ação rescisória <i>versus</i> mandado de segurança contra coisa julgada inconstitucional	391
4 Aspectos processuais do mandado de segurança contra a coisa julgada inconstitucional	399
4.1 Requisitos	399
4.2 Legitimidade passiva	400
4.3 Legitimidade Ativa	403
4.4 Litisconsórcio passivo necessário: situação processual do beneficiado com a coisa julgada inconstitucional	406
4.5 Legitimidade recursal	408
4.6 Juízo competente	409
4.7 Prazo	410
5 Conclusões	411
Referências	412

PARTE IV

Hermenêutica e garantias constitucionais do processo

A nova hermenêutica constitucional e sua repercussão no controle de situações constituídas	
Paulo César Santos Bezerra	417
1 Introdução	417
2 Hermenêutica e hermenêutica constitucional: algumas considerações propedêuticas	418
3 A nova hermenêutica constitucional	424
4 Repercussão no controle das situações constituídas: a questão da coisa julgada inconstitucional	425
5 Considerações finais	435
Referências	437
As garantias constitucionais do processo no Brasil	
Rogério Gesta Leal	439
1 Notas introdutórias	439
2 A dimensão principiológica das garantias processuais na ordem constitucional contemporânea	440
3 A garantia do devido processo legal	443
4 O princípio da isonomia	445
5 Princípios do contraditório e da ampla defesa	448
6 Princípio do juiz natural	451
7 O princípio da inafastabilidade da jurisdição	452
8 Princípio da publicidade	453
9 Princípio da motivação das decisões	454
10 Princípio do duplo grau de jurisdição	456
11 Princípio da proibição de prova ilícita	456
12 Conclusão	457
Bibliografia	458
Efeitos prospectivos de decisões definitivas da Suprema Corte em matéria tributária	
Ives Gandra da Silva Martins	463
Referências	478
Índice	481